



# Sumário

<b>Capítulo 1</b>	<b>Direito Administrativo e Administração Pública .....</b>	<b>1</b>
I.	Introdução.....	1
1.	O Estado .....	1
2.	Poderes e Funções.....	2
3.	Função Administrativa.....	4
4.	Federação .....	5
4.1.	Características.....	6
4.2.	Autonomia: Capacidade de Autoadministração.....	6
5.	Direito Administrativo .....	7
5.1.	Breve Introdução.....	7
5.2.	Conceito .....	8
5.3.	Relações com Outros Ramos Jurídicos.....	9
II.	Administração Pública: Sentidos.....	11
1.	Sentido Objetivo.....	11
2.	Sentido Subjetivo .....	12
III.	Órgãos Públicos .....	12
1.	Introdução.....	12
2.	A Relação Órgão/Pessoa.....	13
2.1.	Característica Básica.....	13
2.2.	Criação e Extinção.....	13
3.	Teorias de Caracterização do Órgão .....	15
4.	Conceito .....	16
5.	Capacidade Processual.....	16
6.	Classificação.....	17
IV.	Agentes Públicos .....	18
V.	Princípios Administrativos .....	19
1.	Princípios Expressos .....	19
1.1.	Princípio da Legalidade .....	20
1.2.	Princípio da Impessoalidade .....	20
1.3.	Princípio da Moralidade .....	22
1.4.	Princípio da Publicidade.....	26
1.5.	Princípio da Eficiência.....	31

2.	Princípios Reconhecidos.....	35
2.1.	Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	35
2.2.	Princípio da Autotutela.....	37
2.3.	Princípio da Indisponibilidade.....	38
2.4.	Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	38
2.5.	Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança).....	39
2.6.	Princípio da Precaução.....	42
3.	O Princípio da Razoabilidade.....	43
4.	O Princípio da Proporcionalidade.....	45
VI.	Súmulas.....	46
 <b>Capítulo 2 Poderes e Deveres dos Administradores Públicos.....</b>		<b>47</b>
I.	Introdução.....	47
II.	Uso e Abuso de Poder.....	48
1.	Uso do Poder.....	48
2.	Poder-Dever de Agir.....	48
3.	Abuso do Poder.....	50
3.1.	Sentido.....	50
3.2.	Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder.....	50
3.3.	Efeitos.....	51
3.4.	Abuso de Poder e Ilegalidade.....	52
III.	Poderes Administrativos.....	53
1.	Conceito.....	53
2.	Modalidades.....	53
2.1.	Poder Discricionário.....	53
2.2.	Poder Regulamentar.....	59
2.3.	Poder de Polícia.....	67
IV.	Deveres dos Administradores Públicos.....	68
1.	Dever de Probidade.....	68
2.	Dever de Prestar Contas.....	69
3.	Dever de Eficiência.....	70
V.	Hierarquia e Disciplina.....	71
1.	Hierarquia.....	71
1.1.	Efeitos.....	72
1.2.	Subordinação e Vinculação.....	73
1.3.	Hierarquia e Funções Estatais.....	73
2.	Disciplina Funcional.....	74
2.1.	Sentido.....	74
2.2.	Direito Penal e Direito Punitivo Funcional.....	74
2.3.	Procedimento de Apuração.....	76
 <b>Capítulo 3 Poder de Polícia.....</b>		<b>77</b>
I.	Introdução.....	77
II.	Sentido Amplo e Estrito.....	78
III.	Conceito.....	78

IV.	Poder de Polícia no Direito Positivo .....	79
V.	Competência .....	80
VI.	Poder de Polícia Originário e Delegado .....	81
VII.	Polícia Administrativa e Polícia Judiciária .....	85
VIII.	Fundamentos .....	86
IX.	Finalidade .....	86
X.	Âmbito de Incidência .....	87
XI.	Atuação da Administração .....	87
	1. Atos Normativos e Concretos .....	87
	2. Determinações e Consentimentos Estatais .....	87
	3. Atos de Fiscalização .....	89
XII.	Limites .....	89
XIII.	Características .....	90
	1. Discricionariedade e Vinculação .....	90
	2. Autoexecutoriedade .....	91
	3. Coercibilidade .....	93
XIV.	Legitimidade da Polícia Administrativa .....	94
	1. Requisitos Gerais de Validade .....	94
	2. Princípio da Proporcionalidade .....	94
XV.	Sanções de Polícia .....	96
XVI.	Súmulas .....	99
<b>Capítulo 4 Ato Administrativo .....</b>		<b>101</b>
I.	Introdução .....	101
	1. Fatos Administrativos .....	101
	2. Atos da Administração .....	102
	3. Atos Jurídicos e Atos Administrativos .....	103
II.	Conceito .....	104
	1. Sujeitos da Manifestação de Vontade .....	106
	2. Regime Jurídico de Direito Público .....	106
	3. Silêncio Administrativo .....	107
III.	Elementos .....	110
	1. Competência .....	111
	1.1. Sentido .....	111
	1.2. Fonte .....	111
	1.3. Características .....	112
	1.4. Critérios Definidores da Competência .....	112
	1.5. Delegação e Avocação .....	113
	2. Objeto .....	114
	2.1. Sentido .....	114
	2.2. Requisitos de Validade .....	114
	2.3. Discricionariedade e Vinculação .....	115
	3. Forma .....	115
	3.1. Sentido .....	115
	3.2. Requisito de Validade .....	116

3.3.	Princípio da Solenidade.....	116
4.	Motivo.....	117
4.1.	Sentido.....	117
4.2.	Discricionariedade e Vinculação.....	118
4.3.	Motivo e Motivação.....	118
4.4.	Teoria dos Motivos Determinantes.....	123
4.5.	Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato.....	123
5.	Finalidade.....	125
5.1.	Sentido.....	125
5.2.	Finalidade e Objeto.....	126
IV.	Características.....	126
1.	Imperatividade.....	126
2.	Presunção de Legitimidade.....	127
3.	Autoexecutoriedade.....	127
V.	Mérito Administrativo.....	129
1.	Sentido.....	129
2.	Vinculação e Discricionariedade.....	130
3.	Controle do Mérito.....	130
VI.	Formação e Efeitos.....	132
1.	Perfeição.....	132
2.	Eficácia.....	132
3.	Exequibilidade.....	133
4.	Validade.....	133
VII.	Classificação.....	134
1.	Critério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais.....	134
2.	Critério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão.....	135
3.	Critério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários.....	135
4.	Critério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos.....	136
5.	Critério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos.....	137
6.	Critério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis.....	138
7.	Critério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios.....	138
VIII.	Espécies.....	139
1.	Espécies Quanto à Forma de Exteriorização.....	140
1.1.	Decretos e Regulamentos.....	140
1.2.	Resoluções, Deliberações e Regimentos.....	141
1.3.	Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos.....	142
1.4.	Alvarás.....	143
1.5.	Ofícios.....	143
1.6.	Pareceres.....	143
1.7.	Certidões, Atestados e Declarações.....	145
1.8.	Despachos.....	146
2.	Espécies Quanto ao Conteúdo.....	147
2.1.	Licença.....	147
2.2.	Permissão.....	149

2.3.	Autorização.....	151
2.4.	Admissão.....	153
2.5.	Aprovação, Homologação e Visto.....	153
2.6.	Atos Sancionatórios.....	154
2.7.	Atos Funcionais.....	156
IX.	Procedimento Administrativo.....	157
X.	Extinção dos Atos Administrativos.....	158
1.	Extinção Natural.....	158
2.	Extinção Subjetiva.....	158
3.	Extinção Objetiva.....	159
4.	Caducidade.....	159
5.	Desfazimento Volitivo.....	159
XI.	Invalidação (ou Anulação).....	160
1.	Teoria das Nulidades.....	160
1.1.	Introdução.....	160
1.2.	As Nulidades no Direito Privado.....	160
1.3.	A Controvérsia Doutrinária.....	161
1.4.	A Terminologia Adotada.....	162
2.	Conceito e Pressuposto.....	162
3.	Quem Pode Invalidar.....	163
4.	Dever de Invalidar.....	165
5.	Autotutela e Contraditório.....	167
6.	Efeitos.....	169
7.	Convalidação.....	171
XII.	Revogação.....	173
1.	Conceito.....	173
2.	Pressuposto.....	174
3.	Fundamento.....	175
4.	Origem.....	175
5.	Efeitos.....	175
6.	Inocorrência.....	176
7.	Revogação da Revogação.....	177
XIII.	Súmulas.....	178
<b>Capítulo 5</b>	<b>Contratos Administrativos.....</b>	<b>179</b>
I.	Introdução.....	179
II.	Contratos da Administração.....	179
1.	Contratos Privados da Administração.....	180
2.	Contratos Administrativos.....	180
III.	Conceito.....	181
IV.	Disciplina Normativa.....	181
1.	Disciplina Constitucional.....	181
2.	Disciplina Legal.....	182
V.	Sujeitos do Contrato.....	183
1.	Cenário Geral.....	183
2.	Normas Específicas: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	184

VI.	Características.....	186
1.	A Relação Contratual.....	186
2.	A Posição Preponderante da Administração.....	186
3.	O Sujeito Administrativo e o Objeto.....	187
VII.	Espécies.....	187
1.	Contratos de Obras.....	188
1.1.	Sentido.....	188
1.2.	Condições Específicas de Contratação.....	188
1.3.	Regimes de Execução.....	189
2.	Contratos de Serviços.....	190
2.1.	Serviços de Publicidade.....	192
3.	Contratos de Fornecimento (ou Compras).....	193
4.	Contratos de Concessão e de Permissão.....	194
5.	Alienações e Locações.....	196
6.	Outras Espécies.....	198
VIII.	Cláusulas de Privilégio.....	199
1.	Sentido.....	199
2.	Alteração Unilateral.....	200
3.	Rescisão Unilateral.....	202
3.1.	Motivos.....	202
3.2.	Efeitos.....	203
3.3.	A Exceção de Contrato Não Cumprido.....	203
4.	Sanções Extracontratuais.....	205
IX.	Equação Econômico-Financeira.....	205
1.	Sentido.....	205
2.	Efeitos.....	206
3.	Reajuste e Revisão.....	206
X.	Formalização.....	208
1.	Instrumento.....	208
2.	Solenidades.....	208
3.	Cláusulas Essenciais.....	209
4.	Garantias.....	209
XI.	Duração do Contrato.....	210
XII.	Prorrogação do Contrato.....	212
XIII.	Renovação do Contrato.....	213
XIV.	Execução e Inexecução do Contrato.....	214
1.	Execução.....	214
2.	Inexecução Culposa.....	214
3.	Inexecução Sem Culpa.....	219
3.1.	Teoria da Imprevisão.....	219
3.2.	O Fato do Príncipe.....	220
3.3.	Caso Fortuito e Força Maior.....	221
XV.	Extinção do Contrato.....	222
1.	Cumprimento do Objeto.....	222
2.	Término do Prazo.....	222
3.	Impossibilidade Material ou Jurídica.....	223
4.	Invalidação.....	223

5.	Rescisão .....	225
5.1.	Rescisão Amigável .....	225
5.2.	Rescisão Judicial .....	225
5.3.	Rescisão Administrativa .....	226
5.4.	Rescisão por Arbitragem .....	227
XVI.	Sanções Administrativas .....	228
XVII.	Crimes e Penas .....	231
XVIII.	Convênios Administrativos .....	232
XIX.	Consórcios Públicos .....	236
XX.	Súmulas .....	243
<b>Capítulo 6</b>	<b>Licitação .....</b>	<b>245</b>
I.	Introdução .....	245
II.	Conceito .....	246
III.	Natureza Jurídica .....	246
IV.	Disciplina Normativa .....	247
1.	Disciplina Constitucional .....	247
2.	Disciplina Legal .....	248
V.	Destinatários .....	249
VI.	Fundamentos .....	251
1.	Moralidade Administrativa .....	251
2.	Igualdade de Oportunidades .....	251
VII.	Objeto .....	252
VIII.	Princípios .....	253
1.	Princípios Básicos .....	253
1.1.	Princípio da Legalidade .....	253
1.2.	Princípios da Moralidade e da Impessoalidade .....	253
1.3.	Princípio da Igualdade .....	254
1.4.	Princípio da Publicidade .....	254
1.5.	Princípio da Probidade Administrativa .....	255
1.6.	Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório .....	255
1.7.	Princípio do Julgamento Objetivo .....	256
2.	Princípios Correlatos .....	256
IX.	Dispensa de Licitação .....	261
1.	Introdução .....	261
2.	Critério de Valor .....	262
3.	Situações Excepcionais .....	263
4.	Gêneros Perecíveis e Obras de Arte .....	264
5.	Desinteresse na Contratação .....	265
6.	Entidades Sem Fins Lucrativos .....	266
7.	Disparidade de Propostas .....	268
8.	Intervenção no Domínio Econômico .....	269
9.	Complementação do Objeto .....	269
10.	Pessoas Administrativas .....	270
11.	Locação e Compra de Imóvel .....	271
12.	Negócios Internacionais .....	272

13.	Pesquisa e Desenvolvimento.....	272
14.	Energia Elétrica.....	273
15.	Transferência de Tecnologia.....	274
16.	Consórcios Públicos e Convênios de Cooperação.....	275
17.	Navios, Embarcações, Aeronaves e Tropas.....	276
18.	Peças no Período de Garantia Técnica.....	277
19.	Materiais de Uso Militar.....	278
20.	Catadores de Materiais Recicláveis.....	279
21.	Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	280
22.	Produtos Estratégicos para o SUS.....	280
23.	Programa de Cisternas e Acesso à Água.....	281
X.	Inexigibilidade de Licitação.....	281
1.	Fornecedor Exclusivo.....	282
2.	Atividades Artísticas.....	283
3.	Serviços Técnicos Especializados.....	284
XI.	Modalidades.....	285
1.	Concorrência.....	285
1.1.	Sentido.....	285
1.2.	Tipos.....	286
1.3.	Características.....	286
2.	Tomada de Preços.....	287
2.1.	Sentido.....	287
2.2.	Registros Cadastrais.....	287
2.3.	Características.....	288
3.	Convite.....	289
4.	Concurso.....	290
5.	Leilão.....	291
XII.	Procedimento.....	292
1.	Formalização.....	292
2.	Edital.....	293
3.	Habilitação.....	295
4.	Procedimento Seletivo.....	301
4.1.	Normas Gerais.....	301
4.2.	Julgamento da Habilitação.....	302
4.3.	Julgamento das Propostas.....	302
4.4.	Fatores e Critérios de Julgamento.....	303
4.5.	Tipos de Licitação.....	303
4.6.	Classificação.....	304
5.	Resultados e Efeitos.....	305
6.	Homologação e Adjudicação.....	307
7.	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).....	309
XIII.	Anulação.....	311
XIV.	Revogação.....	313
XV.	Recursos Administrativos.....	314
XVI.	Infrações Administrativas, Crimes e Penas.....	316
XVII.	O Pregão: Nova Modalidade.....	319
1.	Introdução.....	319



2.	Âmbito de Incidência.....	319
3.	Complementaridade da Disciplina .....	320
4.	Facultatividade na Adoção .....	320
5.	Característica Básica e Modalidades.....	321
6.	Objeto da Contratação.....	322
7.	Fase Interna .....	323
8.	Fase Externa .....	324
9.	Convocação.....	325
10.	Sessão.....	326
11.	Julgamento das Propostas.....	327
12.	Análise da Habilitação .....	329
13.	Classificação Final e Recursos .....	329
14.	Adjudicação e Homologação .....	330
15.	Vedações .....	330
16.	Sanções.....	331
17.	Desfazimento .....	331
18.	Formalização e Controle.....	331
XVIII.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	332
XIX.	Serviços de Publicidade.....	335
<b>Capítulo 7</b>	<b>Serviços Públicos.....</b>	<b>337</b>
I.	Introdução.....	337
II.	Conceito .....	338
III.	Características.....	339
1.	Sujeito Estatal .....	339
2.	Interesse Coletivo .....	340
3.	Regime de Direito Público .....	340
IV.	Classificação.....	341
1.	Serviços Delegáveis e Indelegáveis.....	341
2.	Serviços Administrativos e de Utilidade Pública .....	342
3.	Serviços Coletivos e Singulares.....	342
4.	Serviços Sociais e Econômicos.....	343
V.	Titularidade .....	344
1.	Competência .....	344
2.	Regulamentação.....	347
3.	Controle .....	348
VI.	Princípios.....	348
1.	Princípio da Generalidade.....	349
2.	Princípio da Continuidade .....	349
3.	Princípio da Eficiência.....	353
4.	Princípio da Modicidade.....	354
VII.	Remuneração.....	355
VIII.	Usuários.....	359
1.	Direitos.....	359
2.	Deveres .....	362
IX.	Execução do Serviço .....	362

1.	Execução Direta.....	362
2.	Execução Indireta .....	363
2.1.	Noção .....	363
2.2.	Descentralização .....	363
2.2.1.	Delegação Legal.....	365
2.2.2.	Delegação Negocial: Particulares em Colaboração.....	365
3.	Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos .....	366
3.1.	Desestatização e Privatização .....	367
3.2.	Gestão Associada .....	371
3.3.	Regimes de Parceria (Terceiro Setor).....	372
3.3.1.	Regime de Convênios Administrativos.....	373
3.3.2.	Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais).....	374
3.3.3.	Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs).....	378
3.3.4.	Regime Geral das Parcerias.....	382
3.3.5.	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	390
X.	Súmulas.....	391
<b>Capítulo 8 Concessão e Permissão de Serviços Públicos.....</b>		<b>393</b>
I.	Introdução.....	393
II.	Fontes Normativas .....	394
1.	Fonte Constitucional .....	394
2.	Fonte Infraconstitucional .....	395
III.	Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum) .....	396
1.	Modalidades.....	396
2.	Concessão de Serviço Público Simples.....	396
2.1.	Conceito.....	396
2.2.	Objeto .....	397
3.	Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública.....	398
3.1.	Nomenclatura.....	398
3.2.	Conceito .....	399
3.3.	Objeto .....	399
4.	Natureza Jurídica .....	400
4.1.	O Caráter Contratual.....	400
4.2.	Concessão e Permissão.....	402
5.	A Relação Contratual.....	403
6.	A Supremacia do Concedente.....	403
7.	A Natureza do Concessionário e do Concedente.....	403
8.	Concessão a Empresas Estatais.....	404
9.	Exigência de Licitação.....	405
9.1.	O Caráter de Obrigatoriedade .....	405
9.2.	Modalidade Licitatória .....	406
9.3.	O Edital .....	407
9.4.	Critérios de Julgamento .....	407
9.5.	Fatores de Desclassificação.....	408
9.6.	Participação de Empresas Estatais .....	409
10.	Mutabilidade .....	409

11. Política Tarifária.....	411
12. Análise do Pacto de Concessão .....	416
12.1. Autorização Legal.....	416
12.2. Cláusulas Essenciais .....	417
12.3. A Responsabilidade do Concessionário.....	419
12.4. Transferência de Encargos.....	421
12.5. Alteração do Concessionário.....	421
12.6. Cessão de Créditos Operacionais .....	422
13. Encargos do Concedente .....	423
13.1. Fiscalização .....	423
13.2. Intervenção na Propriedade Privada.....	424
13.3. Outros Encargos Pertinentes.....	425
14. Encargos do Concessionário.....	425
14.1. O Serviço Adequado.....	426
14.2. Transparência na Execução .....	426
14.3. As Contratações do Concessionário.....	427
15. Direitos e Obrigações dos Usuários .....	427
16. Prazo da Concessão .....	430
17. Intervenção na Concessão.....	431
17.1. Sentido .....	431
17.2. Procedimento .....	431
18. Extinção .....	433
18.1. Termo Final do Prazo.....	433
18.2. Anulação .....	433
18.3. Rescisão.....	434
18.4. Caducidade.....	435
18.5. Encampação.....	437
18.6. Falência e Extinção da Concessionária.....	438
19. Reversão .....	438
20. Concessões Anteriores .....	440
21. Controle dos Serviços Concedidos.....	442
22. Concessão Florestal .....	443
IV. Permissão de Serviços Públicos.....	445
1. Conceito e Objeto .....	445
2. Natureza Jurídica .....	445
3. Diferença entre Concessão e Permissão .....	446
4. A Permissão Condicionada.....	448
5. Referências Constitucionais .....	449
6. Responsabilidade Civil .....	450
7. Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões.....	450
8. Extinção .....	451
8.1. Termo Final do Prazo.....	451
8.2. Anulação.....	452
8.3. Encampação.....	452
8.4. Caducidade.....	453
8.5. Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão).....	453
9. Permissão Lotérica .....	454
V. Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias Público-Privadas).....	454

1.	Introdução.....	454
2.	Conceito e Natureza Jurídica.....	456
3.	Modalidades e Incidência Normativa.....	458
4.	Objeto.....	459
5.	Características e Diretrizes.....	461
6.	Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações.....	462
7.	Contraprestação e Garantias.....	465
8.	Sociedade de Propósito Específico.....	469
9.	Licitações.....	470
9.1.	Introdução.....	470
9.2.	Modalidade e Condições.....	471
9.3.	Edital.....	472
9.4.	Procedimento.....	474
VI.	Autorização.....	475
VII.	Súmulas.....	480
<b>Capítulo 9</b>	<b>Administração Direta e Indireta.....</b>	<b>481</b>
I.	Noções Introdutórias.....	481
1.	Federação e Autonomia.....	481
2.	Poderes e Funções. A Função Administrativa.....	482
3.	Administração Pública.....	483
4.	Organização Administrativa: Centralização e Descentralização.....	483
5.	Princípios Regedores da Administração Pública.....	484
II.	Administração Direta.....	485
1.	Conceito.....	485
2.	Natureza da Função.....	485
3.	Abrangência.....	486
4.	Composição.....	486
5.	Contratos de Gestão.....	488
III.	Administração Indireta.....	489
1.	Conceito.....	489
2.	Natureza da Função.....	490
3.	Abrangência.....	490
4.	Composição.....	491
5.	Administração Fundacional.....	492
6.	Entidades Paraestatais.....	493
7.	Princípios da Administração Indireta.....	494
7.1.	Princípio da Reserva Legal.....	495
7.2.	Princípio da Especialidade.....	496
7.3.	Princípio do Controle.....	496
8.	Categorias Jurídicas.....	498
IV.	Autarquias.....	498
1.	Introdução.....	498
1.1.	Terminologia.....	498
1.2.	Autarquia e Autonomia.....	499
1.3.	Autarquias Institucionais e Territoriais.....	499
2.	Conceito.....	500

3.	Referências Normativas .....	500
4.	Personalidade Jurídica.....	501
5.	Criação, Organização e Extinção .....	502
6.	Objeto.....	503
7.	Classificação.....	503
7.1.	Quanto ao Nível Federativo .....	504
7.2.	Quanto ao Objeto .....	504
7.3.	Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial) .....	507
8.	Patrimônio.....	512
9.	Pessoal.....	513
10.	Controle Judicial.....	514
11.	Foro dos Litígios Judiciais.....	514
12.	Atos e Contratos.....	516
13.	Responsabilidade Civil .....	516
14.	Prerrogativas Autárquicas.....	517
15.	Agências Autárquicas Reguladoras e Executivas .....	519
15.1.	Agências Reguladoras.....	519
15.2.	Agências Executivas .....	522
16.	Associações Públicas.....	523
V.	Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista .....	524
1.	Introdução.....	524
2.	Referências Normativas .....	525
3.	Conceito .....	525
4.	Personalidade Jurídica.....	526
5.	Instituição e Extinção.....	526
6.	Subsidiárias .....	527
6.1.	Pessoas Subsidiárias.....	527
6.2.	Sociedades de Mera Participação do Estado.....	528
7.	Objeto.....	529
8.	Regime Jurídico.....	531
8.1.	Hibridismo.....	531
8.2.	Regime Constitucional.....	531
8.3.	Regime Legal.....	532
8.4.	Regime Estatutário .....	534
9.	Regime Tributário.....	534
10.	Função Social.....	536
11.	Diferença entre as Entidades .....	536
11.1.	Constituição do Capital .....	536
11.2.	Forma Jurídica .....	537
11.3.	Foro Processual .....	538
12.	Patrimônio.....	539
13.	Pessoal.....	540
14.	Falência e Execução .....	542
14.1.	Falência.....	542
14.2.	Execução.....	543
15.	Responsabilidade Civil .....	545
16.	Governança Corporativa.....	546
16.1.	Sentido .....	546

16.2.	Transparência.....	546
16.3.	Estrutura e Gestão de Riscos.....	547
17.	Controle.....	548
17.1.	Controle Externo.....	548
17.2.	Controle Interno.....	548
17.3.	Arbitragem.....	549
18.	Participantes do Sistema.....	549
18.1.	Acionista Controlador.....	550
18.2.	Administradores.....	550
18.3.	Conselho de Administração.....	551
18.4.	Membro Independente.....	551
18.5.	Diretoria.....	552
18.6.	Comitê de Auditoria Estatutário.....	552
18.7.	Conselho Fiscal.....	553
19.	Atos Jurídicos.....	554
20.	Licitações.....	555
20.1.	Microssistema e Aplicabilidade.....	555
20.2.	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.....	555
20.2.1.	Exigibilidade de Licitação.....	555
20.2.2.	Dispensas Específicas.....	556
20.2.3.	Dispensas Genéricas.....	556
20.2.4.	Inexigibilidade.....	557
20.2.5.	Requisitos Comuns.....	557
20.3.	Disposições Gerais.....	557
20.3.1.	Regulamentos Internos.....	557
20.3.2.	Princípios e Diretrizes.....	558
20.3.3.	Aspectos Especiais.....	558
20.4.	Obras e Serviços.....	559
20.5.	Aquisição de Bens.....	559
20.6.	Alienação de Bens.....	560
20.7.	Procedimento Licitatório.....	560
20.8.	Procedimentos Auxiliares.....	561
21.	Contratos.....	562
21.1.	Natureza dos Contratos.....	562
21.2.	Formalização.....	562
21.3.	Alteração dos Contratos.....	563
21.4.	Sanções Administrativas.....	564
VI.	Fundações Públicas.....	564
1.	Introdução.....	564
2.	A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações.....	565
2.1.	Conceito no Decreto-lei nº 200/1967.....	569
2.2.	O Tratamento da Matéria.....	570
3.	Característica fundamental.....	570
4.	Objeto.....	571
5.	Criação e Extinção.....	572
6.	Regime Jurídico.....	573
6.1.	Prerrogativas.....	573
6.2.	Privilégios Tributários.....	574

7.	Patrimônio.....	574
8.	Pessoal.....	575
9.	Controle.....	575
9.1.	Controle Institucional.....	575
9.2.	Controle do Ministério Público.....	576
9.3.	Controle Judicial.....	577
10.	Foro dos Litígios.....	577
11.	Atos e Contratos.....	578
12.	Responsabilidade Civil.....	578
<b>VII.</b>	<b>Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado.....</b>	<b>579</b>
1.	Introdução.....	579
2.	Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos).....	579
2.1.	Sentido.....	579
2.2.	Natureza Jurídica.....	580
2.3.	Criação.....	580
2.4.	Objeto.....	580
2.5.	Recursos Financeiros.....	582
2.6.	Ausência de Fins Lucrativos.....	583
2.7.	Controle.....	583
2.8.	Outros Aspectos do Regime Jurídico.....	583
2.9.	Privilégios Tributários.....	587
3.	Organizações Colaboradoras (ou Parceiras).....	589
<b>VIII.</b>	<b>Anteprojeto de Normas Gerais da Administração Pública.....</b>	<b>589</b>
<b>IX.</b>	<b>Súmulas.....</b>	<b>590</b>
<b>Capítulo 10</b>	<b>Responsabilidade Civil do Estado.....</b>	<b>593</b>
<b>I.</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>593</b>
1.	Responsabilidade. Noção Jurídica.....	593
1.1.	Tipos de Responsabilidade.....	593
2.	Responsabilidade Civil.....	594
3.	O Dano e a Indenização.....	595
4.	Os Sujeitos do Cenário.....	595
<b>II.</b>	<b>Evolução.....</b>	<b>596</b>
1.	A Irresponsabilidade do Estado.....	596
2.	Teoria da Responsabilidade com Culpa.....	596
3.	Teoria da Culpa Administrativa.....	597
4.	Teoria da Responsabilidade Objetiva.....	597
5.	Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo ...	598
<b>III.</b>	<b>Direito Brasileiro.....</b>	<b>599</b>
1.	Código Civil.....	599
2.	Constituição Federal.....	600
3.	Análise dos Elementos Constitucionais.....	601
3.1.	Pessoas Responsáveis.....	601
3.2.	Agentes do Estado.....	604
3.3.	A Duplicidade de Relações Jurídicas.....	605
<b>IV.</b>	<b>Aplicação da Responsabilidade Objetiva.....</b>	<b>605</b>
1.	Pressupostos.....	605

2.	Ônus da Prova: Inversão.....	607
3.	Participação do Lesado .....	608
4.	Fatos Imprevisíveis .....	609
5.	Atos de Multidões .....	611
6.	Danos de Obra Pública.....	612
7.	Condutas Omissivas .....	612
8.	Responsabilidade Primária e Subsidiária.....	615
V.	Atos Legislativos .....	616
1.	Regra Geral.....	616
2.	Leis Inconstitucionais.....	618
3.	Leis de Efeitos Concretos.....	619
4.	Omissão Legislativa .....	619
VI.	Atos Judiciais .....	620
1.	Atos Administrativos e Jurisdicionais.....	620
2.	Condutas Dolosas.....	621
3.	Condutas Culposas .....	622
VII.	Reparação do Dano .....	623
1.	A Indenização.....	623
2.	Meios de Reparação do Dano .....	624
3.	Prescrição .....	624
4.	Sujeito Passivo da Lide .....	626
5.	Denúnciação à Lide .....	627
VIII.	O Direito de Regresso .....	629
1.	Sentido.....	629
2.	Meios de Solução.....	629
3.	Causa de Pedir.....	630
4.	Interesse de Agir .....	630
5.	Prescrição .....	631
IX.	Súmulas .....	632
<b>Capítulo 11 Servidores Públicos .....</b>		<b>633</b>
I.	Agentes Públicos .....	633
1.	Sentido.....	633
2.	Classificação.....	634
2.1.	Agentes Políticos.....	634
2.2.	Agentes Particulares Colaboradores.....	635
2.3.	Servidores Públicos .....	636
3.	Agentes de Fato.....	637
II.	Servidores Públicos .....	638
1.	Sentido.....	638
2.	Características .....	639
3.	Classificação.....	640
3.1.	Servidores Públicos Cíveis e Militares.....	640
3.2.	Servidores Públicos Comuns e Especiais.....	640
3.3.	Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários .....	641
III.	Regimes Jurídicos Funcionais.....	642



1.	Regime Estatutário.....	643
2.	Regime Trabalhista.....	645
2.1.	Regime de Emprego Público.....	646
3.	Regime Especial .....	648
4.	Regime Jurídico Único.....	652
5.	Terceirização .....	654
IV.	Organização Funcional .....	657
1.	Quadro Funcional.....	657
2.	Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	657
3.	Classificação dos Cargos.....	659
4.	Criação, Transformação e Extinção de Cargos.....	662
5.	Provimento.....	665
5.1.	Tipos de Provimento.....	665
5.2.	Formas de Provimento.....	666
6.	Investidura: Nomeação, Posse e Exercício.....	667
7.	Reingresso .....	668
8.	Vacância.....	671
9.	Direito Adquirido dos Servidores.....	671
10.	Cessão de Servidores .....	673
V.	Regime Constitucional.....	675
1.	Concurso Público.....	675
1.1.	Sentido.....	675
1.2.	Fundamento.....	677
1.3.	Alcance da Exigência .....	678
1.4.	Inexigibilidade.....	681
1.5.	Concurso Interno.....	682
1.6.	Inscrição e Aprovação .....	684
1.7.	Validade.....	690
1.8.	Precedência na Convocação.....	691
1.9.	Sanção .....	691
1.10.	Resultado do Concurso.....	692
1.11.	Invalidação do Concurso.....	695
1.12.	Sistema de Cotas: Reserva Étnica .....	697
2.	Acessibilidade .....	699
2.1.	Sentido .....	699
2.2.	Incidência .....	699
2.3.	Requisitos de Acesso .....	701
2.3.1.	Pessoas Portadoras de Deficiência .....	704
2.3.2.	Requisitos de Inscrição e do Cargo.....	705
2.4.	Sexo e Idade .....	708
2.5.	Exame Psicotécnico.....	711
2.6.	Acesso Profissional ao Idoso.....	713
3.	Acumulação de Cargos e Funções.....	714
3.1.	Regra Geral.....	714
3.2.	Situações de Permissividade.....	716
3.3.	Efeitos.....	719
3.4.	Ingresso em Nova Carreira .....	720
3.5.	Convalidação Constitucional.....	722

4.	Estabilidade.....	723
4.1.	Noção do Instituto.....	723
4.2.	Estabilização Constitucional.....	725
4.3.	Estágio Probatório.....	726
4.4.	Estabilidade e Efetividade.....	729
4.5.	Demissão e Exoneração.....	729
4.6.	Exoneração Conversível em Demissão.....	733
4.7.	Servidores Trabalhistas.....	734
4.8.	Vitaliciedade.....	737
5.	Regime Previdenciário: Aposentadorias e Pensões.....	738
5.1.	Previdência do Servidor Público.....	738
5.1.1.	Sentido.....	738
5.1.2.	Regimes de Previdência.....	739
5.1.3.	Contributividade e Solidariedade.....	742
5.1.4.	Contribuições e Benefícios.....	745
5.1.5.	Fundos Previdenciários.....	748
5.1.6.	Previdência Complementar.....	749
5.2.	Aposentadoria.....	752
5.2.1.	Conceito.....	752
5.2.2.	Regime Jurídico.....	755
5.2.3.	Modalidades.....	756
5.2.4.	Aposentadoria dos Professores.....	761
5.2.5.	Requisitos e Critérios Diferenciados (Aposentadoria Especial).....	762
5.2.6.	Proventos.....	764
5.2.7.	Cumulação de Proventos.....	767
5.2.8.	Revisão de Proventos.....	770
5.2.9.	Contagem de Tempo.....	771
5.2.10.	Direito Adquirido.....	773
5.2.11.	Situações Consumadas.....	776
5.2.12.	Situações Transitórias.....	778
5.2.13.	Situações Transitórias em Face da EC nº 20/1998.....	780
5.2.14.	Situações Transitórias em Face da EC nº 41/2003.....	782
5.2.15.	Renúncia à Aposentadoria (Desaposentação).....	783
5.2.16.	Cassação da Aposentadoria.....	785
5.2.17.	Aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social.....	786
5.3.	Pensões.....	787
5.3.1.	Sentido.....	787
5.3.2.	Disciplina Jurídica.....	788
6.	Disponibilidade.....	790
6.1.	Sentido.....	790
6.2.	Pressupostos.....	791
6.3.	Incidência.....	792
6.4.	Efeitos.....	792
6.5.	A Questão dos Proventos.....	793
7.	Mandato Eletivo.....	795
8.	Sistema Constitucional de Remuneração.....	797
8.1.	Remuneração.....	797
8.1.1.	Remuneração Básica.....	798

8.1.2.	Vantagens Pecuniárias.....	801
8.2.	Revisão Remuneratória.....	805
8.3.	Irredutibilidade.....	808
8.4.	Isonomia.....	811
8.5.	Vinculação e Teto.....	812
8.6.	Pagamento com Atraso.....	817
8.7.	Pagamento a Maior.....	819
9.	Associação Sindical e Direito de Greve.....	820
9.1.	Associação Sindical.....	820
9.2.	Greve.....	822
10.	Direitos Sociais dos Servidores.....	827
VI.	Responsabilidade dos Servidores Públicos.....	830
1.	Responsabilidade Civil.....	831
2.	Responsabilidade Penal.....	832
3.	Responsabilidade Administrativa.....	832
4.	Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa.....	834
4.1.	Repercussão na Esfera Civil.....	834
4.2.	Repercussão na Esfera Administrativa.....	834
4.3.	Crimes Funcionais.....	835
4.3.1.	Condenação.....	835
4.3.2.	Absolvição.....	835
4.4.	Crimes Não Funcionais.....	837
4.4.1.	Condenação.....	837
4.4.2.	Absolvição.....	837
4.4.3.	Absolvição na Esfera Administrativa.....	838
VII.	Súmulas.....	838
<b>Capítulo 12 Intervenção do Estado na Propriedade.....</b>		<b>843</b>
I.	Introdução.....	843
1.	Breve Histórico.....	843
2.	Propriedade.....	844
II.	Intervenção do Estado.....	845
1.	Sentido.....	845
2.	Quadro Normativo Constitucional.....	845
III.	Competência.....	846
IV.	Fundamentos.....	847
1.	Supremacia do Interesse Público.....	847
2.	Função Social da Propriedade.....	848
V.	Modalidades.....	850
VI.	Servidão Administrativa.....	850
1.	Sentido e Natureza Jurídica.....	850
2.	Fundamentos.....	851
3.	Objeto.....	852
4.	Formas de Instituição.....	853
5.	Extinção.....	855
6.	Indenização.....	855

7.	Características .....	857
VII.	Requisição .....	857
1.	Sentido.....	857
2.	Fundamentos .....	858
3.	Objeto e Indenização .....	859
4.	Instituição e Extinção .....	859
5.	Características .....	860
VIII.	Ocupação Temporária .....	861
1.	Sentido e Objeto.....	861
2.	Fundamentos .....	862
3.	Modalidades e Indenização .....	862
4.	Instituição e Extinção .....	863
5.	Características .....	864
IX.	Limitações Administrativas .....	864
1.	Sentido.....	864
2.	Natureza Jurídica .....	866
3.	Fundamentos .....	867
4.	Indenização.....	867
5.	Características .....	868
X.	Tombamento.....	868
1.	Sentido.....	868
2.	Fonte Normativa .....	869
3.	Fundamento .....	870
4.	Objeto.....	871
5.	Natureza Jurídica .....	872
6.	Espécies .....	873
7.	Instituição .....	874
7.1.	Desfazimento.....	877
8.	Processo Administrativo.....	877
9.	Efeitos .....	878
10.	Controle.....	880
11.	Outros Instrumentos Protetivos .....	882
XI.	Súmulas.....	883
<b>Capítulo 13 Desapropriação.....</b>		<b>885</b>
I.	Introdução.....	885
II.	Conceito .....	886
III.	Natureza Jurídica .....	887
IV.	Pressupostos.....	887
V.	Fontes Normativas e Espécies.....	888
VI.	Objeto .....	890
1.	Regra Geral.....	890
2.	Bens Públicos.....	892
3.	Bens de Entidades da Administração Indireta.....	893
4.	Margens dos Rios Navegáveis.....	894
VII.	Forma de Aquisição.....	895

VIII.	Competências.....	896
1.	Competência Legislativa.....	896
2.	Competência Declaratória.....	897
3.	Competência Executória.....	898
IX.	Destinação dos Bens Desapropriados.....	900
1.	Regra Geral.....	900
2.	Casos Especiais.....	900
2.1.	Desapropriação por Zona.....	901
2.2.	Desapropriação Urbanística.....	901
2.3.	Desapropriação por Interesse Social.....	902
2.4.	Desapropriação-Confisco.....	902
X.	Fase Declaratória.....	902
1.	Declaração Expropriatória.....	903
2.	Conteúdo.....	903
3.	Formalização.....	904
4.	Natureza Jurídica.....	905
4.1.	Controle Judicial.....	906
5.	Efeitos.....	906
6.	Caducidade.....	907
XI.	Fase Executória.....	909
1.	Via Administrativa.....	909
2.	Via Judicial.....	910
XII.	Ação de Desapropriação.....	911
1.	Partes.....	911
2.	A Pretensão.....	912
3.	A Contestação.....	912
4.	Imissão Provisória na Posse.....	914
4.1.	Permissão Legal.....	914
4.2.	Pressupostos.....	915
4.3.	Urgência.....	915
4.4.	Depósito Prévio.....	915
4.5.	Levantamento Parcial do Depósito.....	916
5.	Prova Pericial.....	917
6.	Intervenção do Ministério Público.....	918
7.	Sentença.....	919
8.	Transferência da Propriedade.....	920
XIII.	Indenização.....	921
1.	Regra Geral.....	921
2.	Situações Especiais.....	924
3.	Enfiteuse, Jazidas e Direito de Superfície.....	924
4.	Juros Moratórios e Compensatórios.....	927
4.1.	Juros Moratórios.....	927
4.2.	Juros Compensatórios.....	930
4.3.	Cumulatividade.....	931
5.	Atualização Monetária.....	932
6.	Honorários.....	933
7.	Direitos de Terceiros.....	935

XIV. Desistência da Desapropriação .....	936
XV. Desapropriação Indireta.....	937
1. Sentido.....	937
2. Fundamento.....	938
3. Proteção Possessória.....	939
4. Ação do Expropriado .....	940
4.1. Caracterização .....	940
4.2. Natureza e Legitimidade para a Ação.....	941
4.3. Foro da Ação.....	942
4.4. Prescrição da Ação (Pretensão) .....	942
4.5. Acréscimos Indenizatórios .....	945
4.6. Despesas Processuais .....	948
5. Aposseamento Administrativo.....	949
XVI. Direito de Extensão.....	950
1. Sentido.....	950
2. Fundamento .....	950
3. Outros Aspectos.....	952
3.1. Admissibilidade .....	952
3.2. Oportunidade do Exercício do Direito .....	952
XVII. Retrocessão.....	953
1. Noção Jurídica.....	953
2. Natureza do Direito.....	954
3. Aspectos Especiais .....	956
3.1. Tredestinação.....	956
3.2. Demora na Utilização do Bem .....	957
3.3. Prescrição.....	958
3.4. Alienação por Acordo.....	958
XVIII. Desapropriação Rural .....	959
1. Introdução.....	959
2. Aspectos Especiais .....	959
2.1. Competência.....	959
2.2. Função Social Rural.....	960
2.3. Indenização .....	960
2.4. Inaplicabilidade da Desapropriação.....	961
3. Procedimento Expropriatório.....	962
3.1. Procedimento Administrativo.....	963
3.2. Procedimento Judicial.....	964
XIX. Desapropriação Confiscatória.....	967
XX. Desapropriação Urbanística Sancionatória.....	970
XXI. Súmulas .....	973

**Capítulo 14 Atuação do Estado no Domínio Econômico .....** 975

I. Introdução.....	975
1. O Liberalismo Econômico .....	975
2. Modelo Interventivo.....	976
3. Constitucionalização Normativa .....	977

4.	Quadro Normativo.....	977
II.	Ordem Econômica.....	978
1.	Fundamentos.....	978
1.1.	Valorização do Trabalho Humano.....	978
1.2.	Liberdade de Iniciativa.....	979
2.	Princípios.....	980
III.	Formas de Atuação do Estado.....	981
IV.	Estado Regulador.....	981
1.	Sentido.....	981
2.	Natureza da Atuação.....	982
3.	Competências.....	982
4.	Repressão ao Abuso do Poder Econômico.....	984
4.1.	Sentido.....	984
4.2.	Formas de Abuso.....	985
4.3.	Trustes, Cartéis e <i>Dumping</i> .....	986
4.4.	Normas e Meios Repressivos.....	986
5.	Controle do Abastecimento.....	989
6.	Tabelamento de Preços.....	990
7.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	991
V.	Estado Executor.....	994
1.	Formas.....	994
2.	Exploração Direta.....	995
2.1.	Regra Geral.....	995
2.2.	Pressupostos.....	996
3.	Exploração Indireta.....	997
3.1.	Sentido.....	997
3.2.	As Empresas do Estado.....	998
VI.	Monopólio Estatal.....	999
1.	Sentido.....	999
2.	Natureza Jurídica.....	1000
3.	Monopólio e Privilégio.....	1000
4.	Atividades Monopolizadas.....	1000
VII.	Súmulas.....	1002
<b>Capítulo 15 Controle da Administração Pública.....</b>		<b>1003</b>
I.	Introdução.....	1003
1.	Controle Político e Controle Administrativo.....	1003
2.	Fundamentos.....	1004
II.	Controle.....	1005
1.	Sentido.....	1005
2.	Objetivo.....	1006
3.	Natureza Jurídica.....	1007
4.	Classificação.....	1007
4.1.	Quanto à Natureza do Controlador.....	1007
4.2.	Quanto à Extensão do Controle.....	1008
4.3.	Quanto à Natureza do Controle.....	1008

4.4.	Quanto ao Âmbito da Administração.....	1010
4.5.	Quanto à Oportunidade.....	1011
4.6.	Quanto à Iniciativa.....	1011
III.	Controle Administrativo.....	1012
1.	Sentido.....	1012
2.	Objetivos.....	1012
3.	Meios de Controle.....	1013
3.1.	Controle Ministerial.....	1013
3.2.	Hierarquia Orgânica.....	1013
3.3.	Direito de Petição.....	1014
3.4.	Revisão Recursal.....	1014
3.5.	Controle Social.....	1015
3.6.	Outros Instrumentos Legais.....	1016
4.	Recursos Administrativos.....	1017
4.1.	Sentido.....	1017
4.2.	Fundamentos e Objeto.....	1017
4.3.	Natureza Jurídica.....	1019
4.4.	Formalização.....	1019
4.5.	Classificação.....	1020
4.6.	Espécies.....	1021
4.7.	Efeitos.....	1024
4.8.	Exigência de Garantia.....	1026
4.9.	<i>Reformatio in Pejus</i> .....	1027
4.10.	Exaustão da Via Administrativa.....	1029
5.	Coisa Julgada Administrativa.....	1031
6.	Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa).....	1032
7.	Processo Administrativo.....	1035
7.1.	Introdução.....	1035
7.2.	Sentido.....	1038
7.3.	Classificação.....	1038
7.4.	Objeto.....	1039
7.5.	Princípios.....	1042
7.6.	Processo Administrativo na Administração Federal.....	1047
7.7.	Processo Administrativo Disciplinar.....	1052
8.	Arbitragem.....	1065
9.	Mediação.....	1067
10.	Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas (Lei Anticorrupção).....	1068
IV.	Controle Legislativo.....	1073
1.	Sentido e Fundamento.....	1073
2.	Espécies de Controle.....	1073
2.1.	Controle Político.....	1073
2.2.	Controle Financeiro.....	1075
3.	Tribunal de Contas.....	1078
V.	Controle Judicial.....	1084
1.	Sentido.....	1084
2.	Sistemas de Controle.....	1087
2.1.	Sistema do Contencioso Administrativo.....	1087
2.2.	Sistema da Unidade de Jurisdição.....	1088



3.	Natureza .....	1089
4.	Oportunidade .....	1090
5.	Atos sob Controle Especial .....	1090
5.1.	Atos Políticos.....	1091
5.2.	Atos Legislativos Típicos.....	1091
5.3.	Atos <i>Interna Corporis</i> .....	1093
6.	Instrumentos de Controle.....	1094
6.1.	Meios Inespecíficos .....	1094
6.2.	Meios Específicos .....	1094
7.	Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública .....	1095
7.1.	Sentido .....	1095
7.2.	Fonte Normativa.....	1095
7.3.	Direitos Pessoais e Reais .....	1096
7.4.	Interrupção e Suspensão .....	1098
7.5.	Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações .....	1099
7.6.	Prescrição Intercorrente .....	1101
7.7.	Apreciação no Processo.....	1101
8.	Mandado de Segurança.....	1102
8.1.	Conceito .....	1102
8.2.	Espécies e Fontes Normativas.....	1103
8.3.	A Tutela.....	1103
8.4.	Impetrante .....	1104
8.5.	Impetrado.....	1105
8.6.	Formas de Tutela .....	1107
8.7.	Descabimento .....	1107
8.8.	Medida Liminar .....	1109
8.9.	Competência.....	1111
8.10.	Prazo .....	1112
8.11.	Sentença e Coisa Julgada .....	1113
8.12.	Mandado de Segurança Coletivo .....	1114
8.13.	Aspectos Especiais.....	1117
9.	<i>Habeas Corpus</i> .....	1120
9.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1120
9.2.	Pressupostos Constitucionais .....	1120
9.3.	Espécies.....	1121
9.4.	Constrangimento Ilegal .....	1121
9.5.	Competência.....	1121
10.	Ação Popular .....	1123
10.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1123
10.2.	Bens Tutelados.....	1123
10.3.	Competência.....	1123
10.4.	Legitimação Ativa e Passiva .....	1124
10.5.	Objeto da Ação.....	1125
10.6.	Liminar.....	1126
10.7.	Sentença e Coisa Julgada .....	1126
11.	Mandado de Injunção .....	1128
11.1.	Conceito, Fonte Normativa e Modalidades .....	1128
11.2.	Pressupostos .....	1128

11.3.	Bens Tutelados.....	1129
11.4.	Competência.....	1130
11.5.	Legitimação Ativa e Passiva .....	1130
11.6.	Liminar.....	1131
11.7.	Procedimento .....	1132
11.8.	Decisão .....	1132
11.9.	Mandado de Injunção Coletivo .....	1134
12.	<i>Habeas Data</i> .....	1135
12.1.	Conceito e Fonte Normativa.....	1135
12.2.	Bem Tutelado .....	1135
12.3.	Partes.....	1135
12.4.	Competência.....	1136
12.5.	Interesse de Agir .....	1137
12.6.	Pedido.....	1138
12.7.	Procedimento .....	1138
12.8.	Decisão e Recursos .....	1139
13.	Ação Civil Pública.....	1139
13.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1139
13.2.	Bens Tutelados.....	1140
13.3.	Espécies de Tutela .....	1143
13.4.	Partes.....	1143
13.5.	Sentença e Coisa Julgada .....	1145
14.	Ação de Improbidade Administrativa.....	1146
14.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1146
14.2.	A Questão da Competência.....	1147
14.3.	Sujeito Passivo .....	1149
14.4.	Sujeito Ativo .....	1151
14.5.	Tipologia de Improbidade.....	1157
14.6.	Sanções .....	1165
14.7.	Procedimentos Administrativo e Judicial.....	1175
14.8.	Prescrição.....	1183
VI.	O Poder Público em Juízo .....	1187
1.	Capacidade Processual.....	1187
2.	Pessoas Federais.....	1188
3.	Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital.....	1190
4.	Pessoas Municipais .....	1191
5.	Representação Judicial.....	1192
6.	Particularidades Processuais.....	1193
7.	Despesas Judiciais.....	1199
8.	Pagamento dos Créditos de Terceiros.....	1201
VII.	Controle Estatal na LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....	1209
1.	Considerações Iniciais.....	1209
2.	Valores Abstratos e Motivação (Art. 20).....	1210
3.	Consequências e Regularização de Condutas (Art. 21) .....	1211
4.	Gestão Complexa e Políticas Públicas (Art. 22).....	1211
5.	Nova Interpretação ou Orientação (Art. 23) .....	1212
6.	Revisão de Validade (Art. 24).....	1213
7.	Celebração de Compromisso (Art. 26) .....	1213

8.	Compensação e Compromisso Processual (Art. 27).....	1214
9.	Responsabilidade Pessoal do Agente (Art. 28).....	1215
10.	Atos Normativos e Consulta Pública (Art. 29).....	1216
11.	Segurança Jurídica (art. 30).....	1216
VIII.	Súmulas.....	1217
<b>Capítulo 16 Bens Públicos.....</b>		<b>1223</b>
I.	Introdução.....	1223
1.	Domínio Público.....	1223
2.	Domínio Eminente.....	1224
II.	Conceito.....	1224
III.	Bens das Pessoas Administrativas Privadas.....	1226
IV.	Classificação.....	1228
1.	Quanto à Titularidade.....	1228
1.1.	Bens Federais.....	1228
1.2.	Bens Estaduais e Distritais.....	1230
1.3.	Bens Municipais.....	1230
2.	Quanto à Destinação.....	1230
2.1.	Bens de Uso Comum do Povo.....	1231
2.2.	Bens de Uso Especial.....	1231
2.3.	Bens Dominicais.....	1232
3.	Quanto à Disponibilidade.....	1234
3.1.	Bens Indisponíveis.....	1234
3.2.	Bens Patrimoniais Indisponíveis.....	1234
3.3.	Bens Patrimoniais Disponíveis.....	1235
V.	Afetação e Desafetação.....	1235
VI.	Regime Jurídico.....	1237
1.	Alienabilidade Condicionada.....	1237
2.	Impenhorabilidade.....	1238
3.	Imprescritibilidade.....	1239
4.	Não Onerabilidade.....	1241
VII.	Aquisição.....	1242
1.	Introdução.....	1242
2.	Classificação.....	1242
3.	Formas de Aquisição.....	1243
3.1.	Contratos.....	1243
3.2.	Usucapião.....	1244
3.3.	Desapropriação.....	1245
3.4.	Acessão.....	1245
3.5.	Aquisição <i>Causa Mortis</i> .....	1246
3.6.	Arrematação.....	1247
3.7.	Adjudicação.....	1247
3.8.	Resgate na Enfitese.....	1247
3.9.	Aquisição <i>Ex Vi Legis</i> .....	1248
VIII.	Gestão dos Bens Públicos.....	1249
1.	Sentido.....	1249

2.	Uso dos Bens Públicos .....	1250
3.	Formas de Uso .....	1251
3.1.	Uso Comum .....	1252
3.2.	Uso Especial .....	1253
3.3.	Uso Compartilhado .....	1254
3.4.	Cemitérios Públicos .....	1256
4.	Uso Privativo .....	1258
4.1.	Autorização de Uso .....	1261
4.2.	Permissão de Uso .....	1263
4.3.	Concessão de Uso .....	1265
4.4.	Concessão de Direito Real de Uso .....	1267
4.5.	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia .....	1269
4.6.	Cessão de Uso .....	1274
4.7.	Formas de Direito Privado .....	1275
<b>IX.</b>	<b>Alienação .....</b>	<b>1281</b>
1.	Considerações Gerais .....	1281
2.	Competência Normativa e Reguladora .....	1282
3.	Instrumentos Comuns .....	1283
3.1.	Venda .....	1283
3.2.	Doação .....	1285
3.3.	Permuta .....	1287
3.4.	Dação em pagamento .....	1288
4.	Instrumentos Específicos .....	1288
4.1.	Concessão de Domínio .....	1288
4.2.	Investidura .....	1290
4.3.	Incorporação .....	1290
4.4.	Retrocessão .....	1291
4.5.	Legitimação de Posse .....	1291
4.6.	Legitimação Fundiária .....	1292
<b>X.</b>	<b>Espécies de Bens Públicos .....</b>	<b>1293</b>
1.	Terras Devolutas .....	1293
2.	Terrenos de Marinha .....	1295
3.	Terrenos Acrescidos .....	1298
4.	Terrenos Reservados .....	1299
5.	Terras Ocupadas pelos Índios .....	1300
6.	Plataforma Continental .....	1300
7.	Ilhas .....	1301
8.	Faixa de Fronteiras .....	1304
9.	Subsolo e Riquezas Minerais .....	1305
<b>XI.</b>	<b>Águas Públicas .....</b>	<b>1306</b>
<b>XII.</b>	<b>Súmulas .....</b>	<b>1310</b>

<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>1311</b>
-------------------------------	-------------

<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>1331</b>
---	-------------

**Nota da Editora:** as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).